



Três novos desembargadores foram escolhidos pelo Tribunal Pleno



Os três novos desembargadores, empossados na tarde de ontem (15/3), assumem suas funções a partir do dia 7 de abril

Os três novos desembargadores do Tribunal de Justiça tomaram posse no Gabinete da Presidência na tarde da última terça-feira (15/2). Os advogados João Batista Góes Ulyssea e Ronei Da-

nielli compuseram listas tríplexes formadas pelo Tribunal Pleno na sessão do dia 2 de março, e foram indicados pelo governador Raimundo Colombo, ainda naquela data. Eles foram nomeados

para ocupar vagas destinadas aos advogados pelo quinto constitucional.

Na 60ª vaga de desembargador assumiu o juiz de direito de 2º grau Luiz Fernando Boller, que foi escolhido pelo critério de merecimento, em vaga decorrente da aposentadoria do desembargador Wilson Augusto do Nascimento.

Em 6 de abril, às 17 horas, no Auditório do Tribunal de Justiça, uma sessão solene marcará a chegada dos novos desembargadores ao Tribunal Pleno, que, assim, terá sua atual composição preenchida.

Os magistrados optaram pela posse em gabinete para agilizar os procedimentos administrativos de montagem de suas equipes, bem como para que, o mais rápido possível, possam integrar as respectivas câmaras julgadoras e participar das sessões de julgamento já a partir do dia 7.

ULYSSEA



João Batista Góes Ulyssea, 54 anos, natural de Laguna/SC, graduado em Direito pela UFSC, com especialização em Direito Processual Civil, Direito Empresarial pela PUC-SP, e em Direito Tributário e Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina.

DANIELLI



Ronei Danielli, 36 anos, natural de Vargeão/SC, graduado em Direito pela UFSC, com pós-graduação em Direito Processual Civil pela UFSC; ex-procurador-geral de Vargeão; membro da 4ª Câmara Julgadora da OAB/SC entre 2007 e 2010; professor de Direito Eleitoral na Escola Superior de Advocacia e de Processo Civil também na Escola Superior de Advocacia e na Unisul.

BOLLER



Luiz Fernando Boller, natural de Porto Alegre/RS, iniciou na magistratura catarinense como juiz substituto da comarca de Criciúma, em 1987.

Como juiz titular, atuou nas comarcas de Seara, Santa Cecília, Canoinhas, Araranguá, Criciúma e Tubarão. Em fevereiro de 2009 assumiu o cargo de juiz de direito de 2º grau.

União do TJ, TCE e prefeituras socorre abrigo de crianças e adolescentes



A solução para o funcionamento do Centro de Acolhimento da Criança e do Adolescente (Ciaca), em Braço do Norte, foi a pauta da reunião entre re-

presentantes do Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas do Estado (TCE), Ministério Público e prefeituras de nove municípios do Sul do Estado, realizada no início deste mês, na Capital.

O encontro aconteceu no TCE, e serviu para esclarecer dúvidas sobre a efetivação de consórcio para atender às crianças em situação de risco, com repasse de verbas conforme a legislação.

O juiz Gustavo Mottola, de Braço do Norte, acompanhou os prefeitos no en-

contro.





Confraternização marca passagem dos 50 anos de fundação da AMC



A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) completou 50 anos de fundação no dia 20 de fevereiro. Neste último sábado (12/3), uma solenidade comemorativa do aniversário ocorreu na sede da entidade, oportunidade em que foram entregues placas em homenagem aos seus fundadores, bem como a todos os ex-presidentes da instituição.

Há 50 anos, 12 magistrados reuniram-se na sala da biblioteca do TJ e decidiram criar a AMC. A finalidade era defender os interesses da classe, ampará-la, manter um perfeito entrosamento social entre seus associados, e dar assistência moral e efetiva aos mesmos.

Perfil: Justina Inês Mattei



Justina Inês Mattei, servidora do PJ há 26 anos, tem uma história de vida resumida em garra e superação. Aos 55 anos, concilia o trabalho na Diretoria Judiciária (DJ), onde atua na Seção de Protocolo e Informações desde 2007, com o esporte e a leitura, atividades que considera essenciais em sua vida. "Gosto de ler sobre o modo de vivência da humanidade", diz. Já no esporte, ela é um exemplo a ser seguido. Justina pratica hidroginástica, caminhada e corrida.

Desde 2000, participa do Campeonato Brasileiro de Orientação, em que ganhou medalha de ouro em 2007, prata em 2008 e 2009 e bronze em 2010. A competição consiste em corrida por trilhas, mapeadas pelo Exército Brasileiro - utilizando-se mapas do percurso, bússola e controle eletrônico. Formada em Letras Português pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas

Servidores amantes da leitura ganham nova opção de livros no Hall do TJ



Interessados em boa leitura que possam buscar livros e levá-los para casa, com o compromisso de devolvê-los posteriormente, já podem adotá-los em um setor do Hall da Torre I.

O Projeto Ler foi lançado no último dia 11 pela Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça (ASTJ), em parceria com a Biblioteca do Tribunal de Justiça e o Museu do Judiciário.

São livros não jurídicos, doados por empresas e particulares ao acervo da recém-criada biblioteca da ASTJ, que agora estarão à disposição e fácil alcance dos amantes da literatura. Para pegá-los, basta preencher uma ficha com dados pessoais e título da obra.

(PR), em Pedagogia e pós-graduada em Recursos Humanos pela Udesc, a chapecoense parou o curso de Direito na 5ª fase. "Eu não conseguia conciliar a teoria com as dificuldades em aplicá-lo na prática", confessa.

Em abril de 2006, teve que lidar com a perda do filho, Kleber, 21 anos, em acidente automobilístico. "Consegui amenizar a dor com o apoio da minha família e da psicóloga do TJ, Marilda Marcondes de Mattos. Ela me ajudou a aceitar e superar", diz, emocionada.



Ao lado, em 2009, quando ganhou medalha de prata. Abaixo, durante a corrida do Campeonato em São Paulo



Pinga-fogo



Um leilão de 11 veículos de luxo – alguns importados, como um Porsche Boxter conversível 2008 – movimentou Florianópolis no último dia 11 de março. Realizado no pátio da sede da Polícia Federal, colocou à venda automóveis apreendidos durante operação de repressão a exploração de máquinas caça-níqueis e jogos de azar. Detalhe: a ação ainda tramita e seu trânsito em julgado deve demorar mais tempo até ocorrer. O juiz Pedro Walicoski Carvalho, da comarca de Tijucas, foi o responsável pela autorização do leilão. Em entrevista ao Veredicto, ele explica os motivos de sua decisão.

1) Via de regra, os bens apreendidos em operações policiais acabam vinculados ao processo e precisam aguardar seu trânsito em julgado. O que fundamentou sua decisão?

R: Recentemente, o Conselho Nacional de Justiça editou a Recomendação n. 30, que aconselha aos magistrados com competência criminal, nos autos em que existam bens apreendidos sujeitos à pena de perdimento, a alienação antecipada de tais bens, como forma de preservar-lhes o respectivo valor.

2) E o direito dos atuais proprietários, ainda que réus em ação penal, caso posteriormente sejam inocentados?

R: Não vejo problemas. A alienação antecipada sugerida pelo CNJ se apresenta como a forma mais eficaz para prevenir a desvalorização dos bens apreendidos, evitando, assim, danos irreparáveis aos réus (caso os veículos lhes sejam restituídos ao final da ação penal) ou à União (caso seja decretado o perdimento dos bens).

3) Qual a destinação que será dada aos valores arrecadados com o leilão?

R: Os valores obtidos com a arrematação dos bens deverão ser depositados em conta vinculada ao juízo, e ali conservados até a sua restituição, perda ou destinação por ordem judicial.